

## RETOMANDO A QUESTÃO DO INÍCIO DA HISTORIOGRAFIA ECONÔMICA NO BRASIL

Tamás Szmrecsányi  
(DPCT/IG/UNICAMP)

Por meio desta comunicação quero inicialmente prestar minhas homenagens a dois eméritos historiadores econômicos de nosso país: Alice Piffer Canabrava (1911-2003), recentemente falecida, e Francisco Iglésias (1923-1999), cujo octagésimo aniversário transcorre atualmente. À primeira fiquei devendo, além de vários outros valiosos ensinamentos, a sugestão do balisamento cronológico do período a ser estudado, que compreende, as três décadas entre o final dos anos vinte e o término da década de 1950. Ao segundo, estou creditando boa parte das informações constantes do presente trabalho.

No "Roteiro Sucinto do Desenvolvimento da Historiografia Brasileira", apresentado num Encontro Internacional de Estudos Brasileiros<sup>1</sup>, Alice Canabrava fez as seguintes observações:

"No campo da História Econômica, com relação às obras de síntese, o caminho foi marcado vigorosamente por alguns historiadores. Após as primeiras tentativas de Vitor Viana, de Lemos Brito, de Contreras Rodrigues, a obra de João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Econômico* (1928), com base na teoria dos ciclos econômicos, exerceu considerável influência em estudos posteriores. O(seu) esquema refletiu-se em dezenas de autores e inspirou o plano da primeira *História Econômica do Brasil* (1937), que foi escrita por Roberto Simonsen. Já encontramos nesta obra o empenho de firmar critérios de exatidão, com recurso aos elementos quantitativos, quanto aos fenômenos econômicos e monetários. A *Formação, do Brasil Contemporâneo: Colônia* (1942), de Caio Prado Jr., significou um marco valioso no sentido de renovar a interpretação do processo histórico de Colônia. Mostrou que, sob as formas variáveis da produção colonial estava subjacente uma estrutura homogênea, única, apesar de algumas variantes que

---

<sup>1</sup> *I Seminário de Estudos Brasileiros - Anais*, vol. II (São Paulo: IEB/USP, 1972), pp. 4-9. O parágrafo citado encontra-se na página 8.

indicam apenas ajustamentos ao tipo de produção. A *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado (1959), tem como substrato mais profundo o problema do desenvolvimento econômico. O fulcro dêste está colocado (por ele) na formação e estrutura da distribuição da renda, com base no valor das exportações e no custo dos fatores de produção."

Os quatro trabalhos datados desta longa citação podem efetivamente ser tomados como marcos fundadores de nossa disciplina no Brasil. Embora a primeiro deles não seja de origem brasileira, as vinculações do seu autor com nosso país parecem mais do que evidentes, a começar pela dedicatória dessa obra -- oferecida à memória de Manuel de Oliveira Lima e João Capistrano de Abreu, dois insignes historiadores nacionais--, passando pelo seu conteúdo --com seus três últimos capítulos, de um total de dez, quase inteiramente, dedicados ao Brasil<sup>2</sup>-- e indo até vários outros trabalhos do mesmo autor<sup>3</sup>. Ao mesmo tempo, cumpre salientar que Alice Canabrava, modestamente, deixou de incluir-se no rol dos pioneiros da disciplina em nosso país, talvez pelo fato de sua tese de doutorado, sobre *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*, defendida em 1942 e publicada dois anos mais tarde<sup>4</sup>, não ter sido um trabalho de síntese, mas uma monografia resultante de amplas e profundas atividades de pesquisa documental e bibliográfica, merecedora de uma elogiosa resenha de Fernand Braudel<sup>5</sup>.

Antes de passar ao exame dêstes vários trabalhos, e de outros de mesma época, convém acrescentar que Francisco Iglésias sempre teve muito a dizer sobre o assunto em pauta. Por ter sido um estudioso de nossa historiografia (não só econômica, como em geral), suas considerações a respeito foram mais extensas e mais frequentes que as de Alice Canabrava, manifestando-se reiteradamente em vários trabalhos que publicou. As primeiras apareceram já em 1959, no capítulo VI de sua *Introdução à Historiografia*

<sup>2</sup> Trata-se dos capítulos V."O Império do Açúcar", VI."Idade de Ouro e Diamantes" e VII. "No Signo de Methuen", pp.213 a 460 da quarta edição de *Épocas de Portugal Econômico-- Esboços de Historia*. (Lisboa: Livraria Clássica Editora,1978).

<sup>3</sup> Como bem salienta Eulália Lobo, "João Lúcio de Azevedo (1855-1933)...foi um pioneiro do estudo da História Econômica, especializando-se nos séculos XVI, XVII e XVIII ... Suas principais obras -- *Jesuítas no Grão-Pará* (1901), *O Marquês de Pombal e sua Época* 1909) e *História de Antônio Vieira* (1918-20), tratando do Brasil, converteram-se em clássicos de historiografia brasileira". Cf.E.M, Lahmeyer Lobo, *Imigração Portuguesa no Brasil*.(São Paulo: Editora Hucitec, 2001) pág. 135.

<sup>4</sup> Boletim XXXV de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

<sup>5</sup> "Du Potosi à Buenos Aires: une route clandestine de l'argent, fin du XVI<sup>e</sup>, debut du XVII<sup>e</sup> siècle, *Annales* 3 (1948), pp. 546-550.

*Econômica*<sup>6</sup>, e as últimas mais de quarenta anos depois, em sua obra póstuma *Historiadores do Brasil: Capítulos de Historiografia Brasileira*<sup>7</sup>.

No primeiro destes trabalhos, Iglésias, além de apontar a “novidade” da historiografia econômica entre nós, comentava as obras já citadas de Caio Prado Jr., Celso Furtado, Roberto Simonsen e Alice Canabrava, mencionando entre os precursores das mesmas os estudos de Castro Carreira (1889), Vitor Viana (1922) e Lemos Brito (1923). Seguiu-se a esse trabalho uma comunicação que ele apresentou em 1970, no XXXIX Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Lima, Peru<sup>8</sup>. Nesta segunda versão ampliada, Iglésias situava a historiografia brasileira em geral no contexto da modernização social e cultural do País e, na parte especificamente dedicada à historiografia econômica, mencionava mais ou menos os mesmos autores, analisando com maior rigor as obras de Roberto Simonsen e João Lúcio de Azevedo, com o mesmo entusiasmo as de Caio Prado Jr. e Celso Furtado, mas omitindo as de Alice Canabrava, fazendo ao mesmo tempo críticas à chamada história quantitativa.

Alguns anos mais tarde, participando de uma obra coletiva de História das Ciências no Brasil, Francisco Iglésias voltou ao tema através de um capítulo relativo à historiografia brasileira em geral<sup>9</sup>. Capítulo esse que pode ser considerado precursor de seu citado livro póstumo, ao dividir a evolução da historiografia no Brasil em três "momentos": I. de 1500 a 1854, compreendendo as crônicas e os textos históricos do período colonial e do começo do Brasil independente; II. de 1854 a 1931, desde a publicação do primeiro volume da *Historia Geral do Brasil* de F. A. Varnhagen (1816-1878) até a reforma do ensino de Francisco Campos (1891-1968), a qual criou no País as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras; e III, de 1931 a nossos dias, quando foram criadas e tiveram grande impulso as Faculdades de Ciências Econômicas. .

---

<sup>6</sup> “Historiografia Econômica Brasileira”, no Fascículo 11 dos Estudos Econômicos, Políticos e Sociais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais (Belo Horizonte, 1959), pp. 74-89.

<sup>7</sup> Organizada por João Antônio de Paula (Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Editora Nova Fronteira/Editora da UFMG, 2000).

<sup>8</sup> Publicada no mesmo ano em português nos *Anais de História* nº 2 da Faculdade de Filosofia de Assis, e dois anos mais tarde em espanhol, com o título de “Situación de la Historia Económica en Brasil”, In Heraclio Bonilla *et alii*, *La Historia Económica en América Latina I. Situación y Métodos* (México: SEP/Setentas, 1972), pp. 79-127.

<sup>9</sup> Francisco Iglésias, “A História no Brasil”, in M.G. Ferri & S. Motoyama (Coord.) *História das Ciências no Brasil*, vol. I (São Paulo: EPU/Editora da USP, 1979), pp. 265-301.

A rigor, nosso interêsse limita-se a este terceiro "momento", no qual surgiram as obras de Caio Prado Jr., com sua precursora *Evolução Política do Brasil* de 1933, Celso Furtado e outros. Quase no final desse capítulo (pág.291), Iglésias reclamava da falta no País de "arquivos econômicos, de entidades públicas ou de empresas, como os há nos Estados Unidos", por ele considerada um fator que muito tem prejudicado o progresso de nossa disciplina no Brasil. E, na página seguinte, ainda insistia no mesmo ponto, assinalando que "não existe História sem documentos, e não há documentos eficazes sem arquivos de boa organização técnica". Mesmo assim, terminou seu depoimento fazendo uma profissão de fé na boa qualidade da historiografia de origem universitária, voltando a lembrar "a produção notável de Alice Canabrava" (p.298).

Quatro anos mais tarde, Francisco Iglésias retomou a mesma temática por meio de um artigo sobre a atualidade<sup>10</sup>, em que tratava da contribuição das modernas ciências sociais à historiografia. Voltando a referir-se a Celso Furtado e a Caio Prado Jr.(p.132), dizia do primeiro que "é economista, não fez pesquisa em arquivos, mas soube ler nos livros de História --que parcimoniosamente consultou-- o que seus (próprios) autores não souberam ver, por falta de instrumental interpretativo<sup>11</sup>", e do segundo que "embora advogado de formação, é das sensibilidades históricas mais notáveis que o País já teve".

Finalmente, no seu já citado livro póstumo, Iglésias retomou sua periodização anterior, apenas alterando o limite entre o primeiro "momento" e o segundo para 1838, ano da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nosso interêsse, no entanto, continua centrado no terceiro "momento", de 1931 aos dias atuais, embora já no segundo tivessem surgido alguns autores de importância e qualidade, como João Pandiá Calógeras (1870-1934), engenheiro de profissão e político da Primeira República, que publicou vários trabalhos que até hoje continuam sendo de consulta obrigatória, como *As Minas do Brasil e sua Legislação* em três volumes (1904/5), *La Politique Monétaire du Brésil* (1910), e *Formação Histórica do Brasil* (1930), com numerosos capítulos de caráter

---

<sup>10</sup> Francisco Iglésias, "A Historiografia Brasileira Atual é a Interdisciplinaridade", *Rev. Bras. de História* 3(5), mar. 1983, pp. 129-141.

<sup>11</sup> Como se verá mais adiante neste trabalho, discordo dessa visão de Iglesias, decorrente do seu desconhecimento do "elo perdido" da obra de Celso Furtado, representado pela tese que defendeu em 1948 na Universidade de Paris, e que só chegou a ser publicada (no Brasil) em 2001.

conômico<sup>12</sup>. E, mais uma vez, o devido realce era dado por Iglésias às obras de Caio Prado Jr., Roberto Simonsen, Celso Furtado e Alice Canabrava<sup>13</sup>.

Uma vez delineado esse panorama geral, podemos passar agora ao exame das contribuições dos quatro pioneiros citados. Nele deixaremos de lado as obras de história econômica do Brasil publicadas nas décadas de 1930 e 1940 por autores estrangeiros. Tais obras, de um modo geral, foram pouco expressivas e de baixa qualidade, com a notória exceção do livro norte-americano de Allan K. Manchester, *British Proeminence in Brazil: its Rise and Decline*, cuja tradução para o português só seria publicada quatro décadas mais tarde.

## I

Tal como Calógeras, Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948) era engenheiro, formado pela Escola Politécnica de São Paulo. Foi também empresário e político bem sucedido, fundador em 1928 do Centro das Industrias de São Paulo, órgão que precedeu e posteriormente integrou a FIESP. Continua sendo lembrado até hoje como industrial nacionalista e progressista, favorável à intervenção do Estado na economia e, ao mesmo tempo, ferrenhamente anti-socialista e anti-comunista. No âmbito intelectual, fundou em 1933 a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, tornando-se o primeiro titular de sua Cadeira de História Econômica do Brasil, então uma disciplina nova no País, em função da qual, junto com uma equipe de auxiliares, elaborou um tratado que, ao ser publicado em 1937, transformou-se no primeiro livro brasileiro mais abrangente sobre essa matéria.

Sua *História Econômica do Brasil (1500/1820)*<sup>14</sup> é na verdade uma obra inacabada: seus quinze capítulos correspondem apenas aos primeiros sete pontos do programa da Cadeira que figura no início do livro, e que tem um total de 25. Essa limitação foi justificada da seguinte forma: "A simples leitura do programa que elaboramos demonstra o maior desenvolvimento que procuramos dar às fases de nossa economia nos últimos cinquenta anos. Constatando, porém, ter sido na era colonial que se formou a trama social asseguradora da estrutura unitária do

---

<sup>12</sup> Francisco Iglésias, *Historiadores do Brasil*, op.cit. na nota (7), pp. 159-162.

<sup>13</sup> Tratadas respectivamente às pp.200-6, 211-3, 226/7 e 231/2 do mesmo livro.

<sup>14</sup> Valemo-nos aqui da sexta edição (São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969).

País, impusemo-nos (como tarefa) a fixação dos fatores econômicos que contribuíram para essa formação”<sup>15</sup>.

Dez dêsses quinze capítulos corresponderam a aulas ministradas por Simonsen no ano letivo de 1936 --cinco em cada semestre-- enquanto que os restantes parecem ter sido redigidos posteriormente. Incluem-se nesta última categoria os capítulos VII sobre a pecuária, e XII a XV, relativos à ocupação da Região Amazônica, ao comércio na era colonial, e às mudanças decorrentes da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Um dos capítulos de maior interesse é o quarto, dedicado às políticas coloniais, no qual Roberto Simonsen faz uma crítica às interpretações feudais da instituição das Capitanias Hereditárias, critica essas que seriam mais tarde retomadas e reforçadas por todos os quatro pioneiros de nossa historiografia econômica.

Conforme se indica mais adiante, outros temas previstos no programa da Cadeira acabaram sendo abordados por Simonsen fora do livro em pauta, mas, antes de mencioná-los, cumpre assinalar que o mesmo era essencialmente uma obra de síntese da documentação e da literatura disponíveis, destituído de quaisquer preocupações teóricas ou instrumentais. Textualmente se assinalava nele que "não procuramos nos cingir a sistematizações doutrinárias ou a conceitos metodológicas. Procuramos ser objetivistas, realistas, examinando os fatos econômicos tais como se apresentaram na formação do Brasil, comentando-os ou os comparando com os que se processavam concomitantemente em outros povos, esforçando-nos, à luz das realidades econômicas, por saber dos "porquês" dos acontecimentos verificados.”<sup>16</sup>

Além disso, como já foi mencionado, o livro não chegava a ser apenas da autoria individual de Roberto Simonsen. Entre outros, Nelson Werneck Sodré, registrou o seu caráter de "trabalho de grupo coordenado pelo Autor, e depois destinado a conferencias semanais”.<sup>17</sup> Tratava-se na verdade de uma obra coletiva, síntese crítica de trabalhos de terceiros, e não de resultados de pesquisas pessoais do Autor. Isto, aliás, não deixou de ser formalmente reconhecido pelo próprio Simonsen, o qual, na sua Introdução de julho de 1937, presta suas homenagens a Calógeras, Capistrano, Oliveira Lima, e João Lúcio de Azevedo<sup>18</sup> e, mais adiante, já no capítulo I, voltaria ao assunto, dizendo que

---

<sup>15</sup> Op. cit. na nota anterior, pp.7/8.

<sup>16</sup> Idem pp. 20/21.

<sup>17</sup> *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, 2a edição (Rio de Janeiro; INEP/CBPE, 1960), pág. 213.

<sup>18</sup> *História Econômica do Brasil*, p.'20

"No Brasil, para falar só dos mortos, possuímos eruditos estudos feitos por Varnhagen, Capistrano, Vieira Souto, Amaro Cavalcanti, Calógeras e outros. A Calógeras, cuja memória cada vez mais veneramos, e sob cujas inspirações gostaríamos de poder lançar esta Cadeira, devemos entre outras, os notáveis trabalhos sobre política monetária, minas do Brasil, e a política externa da Império."<sup>19</sup>

E nesse mesmo capítulo são também arrolados os diversos autores de outros países cujas obras foram igualmente utilizadas.

Mas, não obstante essas limitações, ou talvez até por causa delas, a *História Econômica do Brasil* de Roberto Simonsen teve uma acolhida muito favorável, chegando a fazer grande sucesso. E isto não se deveu apenas ao fato de ter sido a primeira obra do gênero no Brasil, dotada de tamanha envergadura e abrangência, mas também --e talvez principalmente-- pelos dados estatísticos que reuniu, através dos quais acabou inspirando outros autores a seguirem seus passos, ou estimulando-os a se contraporem a ela. Esta última atitude parece ter sido adotada por Caio Prado Jr. em sua *Formação do Brasil Contemporâneo--Colônia*, de 1942, que não traz uma referência sequer ao trabalho de Simonsen, embora este tivesse abordado a mesmo período que ele<sup>20</sup>. Em compensação, tanto Alice Canabrava como Celso Furtado nunca deixaram de incluir a obra de Simonsen nas bibliografias de seus trabalhos.

Entre os demais trabalhos de Roberto Simonsen existem alguns ensaios de caráter essencialmente histórico. Esses ensaios foram reunidos em duas coletâneas organizadas pelo próprio Autor ou sob a sua supervisão<sup>21</sup>, e, mais tarde, numa seleção feita por Edgard Carone (1923-2003), também recentemente falecido<sup>22</sup>. O primeiro em ordem cronológica, "As Crises no Brasil", data de 1930, antecedendo a *História Econômica do Brasil (1500/1820)*, e pode ser considerado como tendo sido o trabalho de estréia do Autor na disciplina. Tratava-se do terceiro e último capítulo de um relatório por ele apresentado ao

---

<sup>19</sup> Idem, p. 24.

<sup>20</sup> Foi apenas em sua *História Econômica do Brasil* de 1945 que Caio Prado Jr. chegou a citar o livro homônimo de Simonsen, assinalando na sua bibliografia comentada que se tratava de um "trabalho sobretudo informativo". Uma referência mais elogiosa foi atribuída por ele à *Evolução Industrial do Brasil* (1939) do mesmo autor, classificada como "trabalho muito sumário,mas único no assunto", feito "com a autoridade e experiência de um dos grandes industriais brasileiros".

<sup>21</sup> Trata-se de *À Margem de Profissão: Discursos, Conferências, Publicações* (São Paulo: Ed. Particular, 1932), e de *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos* (São Paulo: FIESP, 1943).

<sup>22</sup> R.C. Simonsen, *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos* (São Paulo: Cia Editora Nacional e Editora da USP, 1973).

CIESP em outubro daquele ano<sup>23</sup>. Mas, todos os demais foram posteriores ao livro, destacando-se entre eles dois de 1938, um de 1939 e outro de 1940.

Os mais conhecidas são o estudo "Aspectos da História Econômica do Café", apresentado como tese ao III Congresso de História Nacional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em 1938, trabalho publicado como artigo dois anos mais tarde<sup>24</sup>; e o memorando "A Evolução Industrial do Brasil"<sup>25</sup>, preparado em 1939 para uma missão universitária norte-americana em visita ao País. Enquanto este último carece se quaisquer referências bibliográficas, aquele não chega a ser propriamente original face aos estudos efetuados na mesma época por autores como Afonso Taunay e Sérgio Milliet. Por causa disso, vale a pena chamar a atenção para os outros dois trabalhos "menores" de Roberto Simonsen; "As Consequências Econômicas da Abolição" (1938) e "Recursos Econômicos e Movimentos das Populações"(1940).

O primeiro foi uma conferência feita a convite do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo por ocasião do cinquentenário da Abolição. Trata-se de um trabalho tecnicamente bem elaborado e bastante revelador do ponto de vista ideológico<sup>26</sup>. Também o segundo se destaca pelo esmero da sua elaboração e pela qualidade do seu conteúdo<sup>27</sup>, configurando um estudo econômico-demográfico fundamentado em dados históricos, o qual foi apresentado em Washington no Oitavo Congresso Científico Americano, a pedido do Conselho Nacional de Estatística.

Depois daquela época, Roberto Simonsen deixou de produzir estudos históricos, passando a dedicar-se cada vez mais aos estudos econômicos propriamente ditos e às análises de política empresarial. É principalmente através destes que ele continua sendo estudado e comentado até hoje.

---

<sup>23</sup> Reproduzido em *À Margem de Profissão*, pp. 203-213; e em *Evolução Industrial*, pp. 365-375, com o título de "As Finanças Brasileiras".

<sup>24</sup> Na *Revista do Arquivo* n° LXV (São Paulo, 1940); reproduzido em *Evolução industrial*, pp. 163-234.

<sup>25</sup> Tradução reproduzida no livro organizado por Edgard Carone às pp. 6-52.

<sup>26</sup> O texto incluído nos *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos* apresenta uma bibliografia que não consta de sua reprodução em *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*, pp. 254-269.

<sup>27</sup> *Ensaio Sociais*, pp. 120-157; *Evolução Industrial*, pp. 385-423. Nesta última versão deixou de ser incluído um sumário inicial.



## II

Em compensação, Caio Prado Jr.(1907-1990) mantém-se até hoje como uma referência constante e vigorosa em nossa historiografia econômica. Isto se deve tanto à originalidade e fecundidade de suas proposições, como ao maior rigor teórico e metodológico que soube imprimir a seus trabalhos. Embora tivesse sido basicamente um autodidata, formado que foi em Direito antes da criação da USP, Caio era um historiador de mão cheia, dotado de invejável erudição. Foi uma pena que, devido a suas atividades políticas e empresariais, ele não tivesse podido dedicar-se de forma mais contínua e aprofundada aos estudos históricos<sup>28</sup>.

Sua estréia nesse campo deu-se por meio do ensaio *Evolução Política do Brasil*, um trabalho de síntese publicado pela primeira vez em 1933, e que até hoje se lê com proveito e prazer. Francisco Iglésias, na apresentação de uma coletânea de textos de Caio Prado Jr., faz a seguinte apreciação a respeito dele:

"Na primeira e segunda edições aparecia com o subtítulo de *Ensaio de Interpretação Materialista da História Brasileira*, para indicar a originalidade de seu pensamento. Pela primeira, vez o marxismo era inteligentemente aplicado na historiografia brasileira... O Autor depois abandonou o adendo... e (a partir de) 1946 publicou o ensaio junto com outros, menores, mas igualmente sérios, como *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos...*"<sup>29</sup>

Embora essa obra fosse mais de História Social e Política, ela já prenunciava, na forma e no conteúdo os dois principais trabalhos de Caio Prado Jr. no campo da História Econômica. Nela o Autor procurou ir além do nível dos acontecimentos históricos, para chegar não apenas aos processos constituídos pelo encadeamento dos mesmos, mas principalmente às raízes materiais (ou seja, econômicas) da sua ocorrência<sup>30</sup>. Em termos cronológicas, dividia-se em quatro partes: duas relativas ao período colonial, uma ao processo da Independência e ao Primeiro Reinado, e outra ao Segundo e ao final do Império - num total de quinze breves capítulos.

<sup>28</sup> Veja-se, a respeito de sua vida e obra, Tamás Szmrecsányi, "Prado Júnior, Caio 1907-1990, Brazilian historian and publisher", *Encyclopedia of Historians and Historical Writing* (Chicago: Fitzroy Dearborn Publishers, 1999), pp. 955-957.

<sup>29</sup> Francisco Iglésias, "Um historiador revolucionário", in *Caio Prado Júnior* (São Paulo: Ed. Ática, 1982-Coleção Grandes Cientistas Sociais nº 26), p.7.

<sup>30</sup> As observações feitas a seguir baseiam-se na 4ª edição de *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1963).

Entre estes, os mais interessantes do ponto de vista de historiografia econômica são os seis primeiros, relativos ao "Caráter Geral de Colonização Brasileira", à economia e sociedade coloniais, ao estatuto político de Colonia, e às novas condições econômicas, sociais e políticas que passaram a vigorar no Brasil na segunda metade do século XVII, após o término das guerras holandesas. Chamando a atenção para o caráter essencialmente mercantil dos descobrimentos marítimos e da colonização subsequente, também Caio Prado Jr. adota como um de seus pontos de partida o livro de João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Econômico*, e da mesma forma que Roberto Simonsen, mas vários anos antes deste, rejeita liminarmente as interpretações feudalísticas da economia e da sociedade coloniais no Brasil. É interessante, registrar a esse respeito que não há qualquer menção às idéias de Caio Prado Jr. quer na *História Econômica do Brasil* de Simonsen quer em outras obras históricas posteriores do mesmo autor.

Além disso, já na sua *Evolução Política do Brasil*, Caio Prado Jr. destacava a preponderância da grande propriedade fundiária e do trabalho escravo (indígena e africano) nas relações de produção vigentes na economia brasileira praticamente até o final do século XIX, mostrando que, a independência política do País não teve qualquer contrapartida no domínio sócio-econômico, vindo a beneficiar apenas uma reduzida elite em detrimento de todos os demais segmentos da sociedade. As primeiras mudanças nesta situação só começariam a se fazer sentir a partir de 1850, com a proibição do tráfico de africanos para o Brasil. Uma proibição que de imediato só provocaria a liberação dos capitais envolvidos nesse comércio, levando, entre outras consequências, à fundação em 1853 do terceiro Banco do Brasil<sup>31</sup>.

Nem todos os *Outros Estudos* do livro em apreço, classificados como "geográficos", "históricos" e "demográficos" trazem as datas em que foram apresentados ou publicados pela primeira vez. É o que ocorre, por exemplo, com o interessantíssimo "Roteiro para a Historiografia do Segundo Reinado (1840-1889)"<sup>32</sup>, que bem pode ter servido como esquema para o próprio Autor, na elaboração de sua *História Econômica do Brasil* de 1945, e que só chegou a ser definitivamente suplantado pela publicação, bastante posterior, dos volumes 5 a 7 da *História Geral da Civilização Brasileira*, coordenados e/ou escritos por Sérgio Buarque de Holanda.

---

<sup>31</sup> Idem, p. 86, nota 77.

<sup>32</sup> Idem, pp. 199-208.

Mas, antes de examinar essa *História Econômica* de Caio Prado Jr., devemos voltar nossa atenção para seu trabalho mais importante, que foi o livro *Formação de Brasil Contemporâneo-Colônia*, publicado pela primeira vez em 1942, e que continua sendo reeditado até hoje como obra clássica e insuperada de nossa historiografia econômica<sup>33</sup>. Nela adotou, como ponto de partida da sua análise, a situação vigente no Brasil no início de século XIX, época em que a sistema colonial já havia alcançado seu apogeu, e quando estava começando a tomar corpo o processo que iria conduzi-lo para sua transformação na economia e sociedade de um país politicamente autônomo. Tratava-se de uma fase de transição que correspondia simultaneamente a uma síntese de sua evolução anterior e ao começo do fim do regime colonial.

Durante os séculos que antecederam aquela época, houve de um lado o povoamento de uma parte do atual território brasileiro, e do outro a implantação na mesma de uma nova ordem econômica e social, ao mesmo tempo diversa de anterior -- isto é, da organização sócio-econômica das tribos indígenas-- e também daquelas que existiam na mesma época quer na própria Metrópole, quer nas feitorias portuguesas da África e da Ásia. É dessa economia e sociedade específicas que iria surgir mais tarde o novo país independente. As diferenças em questão e suas conseqüências são apresentadas e discutidas por Caia Prado Jr. num ensaio introdutório intitulado "O Sentido da Colonização", no qual retoma considerações já feitas em sua obra anterior, e que precede as três partes substantivas do livro novo, relativos aos temas do "Povoamento", da "Vida Material" e da "Vida Social". É também nesse ensaio que ele faz a sua conhecida diferenciação entre as colônias de povoamento das regiões temperadas da América do Norte, e as das regiões tropicais e subtropicais das Américas Central e do Sul.

A parte inicial do livro compreende quatro capítulos, nos quais discute primeiro as alterações do tamanho e os principais movimentos da população da Colônia nos três séculos que precederam sua autonomia política. Ao final do século XVIII, tratava-se ainda de uma população extremamente rarefeita e desigualmente distribuída no território, com as maiores concentrações demográficas ocorrendo ao longo do litoral e nas áreas de mineração do interior. Em seguida analisa os fatores responsáveis pelo povoamento do interior, basicamente devido à criação de gado e às minas de ouro. Enquanto a descoberta destas provocou movimentos migratórios muito intensos, porém

---

<sup>33</sup> As considerações que seguem baseiam-se na sétima edição desta obra (São Paulo: Editora Brasiliense, 1963).

descontínuos, do litoral para o interior, a expansão da pecuária deu-se através de uma penetração lenta, mas contínua, do território continental como um todo. Mas, o mais importante foi que, a partir de certo momento, as migrações induzidas pelas descobertas de ouro e aquelas causadas pela difusão da pecuária passaram a se dar de forma simultânea e conjugada, com as fazendas de gado dedicando-se a fornecer animais de tração e bois para abate aos centros mineradores e às cidades em crescimento. Foi a expansão e multiplicação destes núcleos que acabou dando origem ao surgimento e à consolidação de novas áreas criatórias tanto no Sul como no Centro Oeste.

No terceiro capítulo dessa primeira parte, Caio Prado Jr. examina mais de perto os movimentos migratórios que foram se sucedendo ao longo dos três séculos de colonização. O último destes movimentos ocorreu exatamente no final do século XVIII e iria ser muito importante a médio e longo prazos. Tratava-se de um refluxo do povoamento do interior para a litoral, da mineração para a agropecuária, refluxo esse que era devido à decadência das atividades mineradoras a partir da segunda metade daquele século. Na verdade, o chamado “ciclo da mineração” teve uma duração efêmera, não passando de um breve interlúdio de algumas décadas num processo de desenvolvimento que sempre foi fundamentalmente agro-exportador. No início do século XIX, a agricultura --ou, mais especificamente, a grande lavoura escravista e exportadora-- havia voltado a ocupar a posição dominante que mantivera durante os dois primeiros séculos da colonização.

Finalmente, o quarto capítulo trata da composição étnica da população da Colônia. Na época estudada por Caio Prado Jr., os brancos estavam em minoria e eram de origem predominantemente lusitana, devido ao crescente controle de entrada de europeus em terras brasileiras por parte da Coroa portuguesa desde o início do surto minerador em fins do século XVIII. Essa população branca estava concentrada nas cidades, onde monopolizava o comércio de mercadorias e os cargos da administração pública colonial. No interior, com exceção do extremo sul (onde houvera, por motivos de defesa do território, uma considerável imigração de agricultores açorianos), predominavam as populações de cor, as quais tendiam a ser extremamente heterogêneas quanto às suas origens geográficas, seus usos e costumes, e no seu relacionamento com a minoria branca.

A segunda parte deste clássico livro de Caio Prado Jr. refere-se à economia da Colônia, sendo, apesar de bastante conhecida, a que nos interessa mais de perto. Por meio dela pode-se constatar que, embora seja uma obra de síntese, esse trabalho

fundamentou-se na pesquisa de fontes primárias, arroladas pelo Autor na "Bibliografia e Referências" de suas últimas páginas<sup>34</sup>. E também que várias de suas proposições iriam ser retomadas por ele mais tarde nos capítulos 10 a 12 de sua *História Econômica do Brasil* de 1945.

Deixando de lado a terceira parte, dedicada à "Vida Social" e constante de três capítulos, vemos que na segunda, nada menos que cinco dos nove capítulos referem-se às atividades primárias. Para Caio Prado Jr., a grande propriedade rural, as monoculturas de exportação e o regime de trabalho escravo constituíam os três elementos fundamentais da organização econômica do Brasil Colônia. Tanto isto era verdade que a própria mineração de ouro, estabelecida e desenvolvida a partir do final do século XVII, acabou se pautando exatamente pelos mesmos critérios, passando a funcionar, pelo menos no início, em moldes muito semelhantes aos das grandes lavouras de exportação --ou seja, em larga escala e com base no trabalho escravo. Somente as atividades extrativistas da Amazônia iriam ser organizadas de forma algo diferente, por não se basearem na propriedade fundiária das florestas que exploravam (as quais não tinham donos) e por constituírem atividades eventuais ou intermitentes, e não permanentes. Contudo, mesmo nelas, a produção era baseada no trabalho forçado, não de africanos, mas de indígenas.

Padrões de relacionamento fundamentalmente diversos apenas poderiam ser encontrados em atividades subsidiárias e acessórias às grandes lavouras escravistas de exportação --nos casos da pecuária bovina de um lado, e da pequena agricultura de subsistência do outro. Tais exceções, entretanto não chegavam a afetar as já mencionadas características dominantes da economia colonial: a grande produção monocultura e escravista, e a sua orientação para o comércio exterior. Essa economia se manteve inalterada nos três séculos do regime colonial, e mesmo depois. Mas, isso não impediu que, com a passar do tempo e com a sua expansão, fossem lentamente começando a surgir alguns fatores que acabariam levando a uma lenta e progressiva mudança do sistema, oriunda do seu próprio processo de crescimento.

Um desses fatores, talvez o mais importante, seria a lento aparecimento de um setor de mercado interno, paralelo e complementar ao setor de exportação da economia colonial, setor esse que poderia vir a autonomizar-se algum dia, e constituir-se numa alternativa para as atividades agroexportadoras. Mas, enquanto a grande lavoura monocultura e escravista se mantivesse dominante

---

<sup>34</sup> Op. cit., pp. 381-390.

junto com a economia agroexportadora, as dimensões do referido setor de mercado interno permaneceriam limitadas e instáveis, com a sua dinâmica continuando a ser subordinada aos vagares e às variações da exportação de produtos primários.

Após essa brevíssima e esquemática apresentação da principal obra histórica de Caio Prado Jr., podemos agora passar a um rápido exame de sua *História Econômica do Brasil*, que continua sendo seu trabalho mais conhecido e mais vendido, e do qual já foram feitas dezenas de reedições<sup>35</sup>. Trata-se de um livro escrito em linguagem acessível, de amplo uso didático, inclusive no ensino de nível médio. Ao mesmo tempo, e contrariamente aos dois outros livros de História do Autor, o trabalho como um todo está longe de ser original, constituindo basicamente uma obra de síntese, quer dos seus próprios escritos anteriores, quer de estudos elaborados por terceiros. Tem um total de 27 capítulos agrupados em oito partes, completadas por três anexos e uma bibliografia comentada. As duas melhores, a sexta e a sétima, eram novas em relação aos livros anteriores e incluem ao todo dez capítulos (16 a 25).

Os dois primeiros da parte VI, intitulada "O Império Escravocrata e a Aurora Burguesa (1850-1889)"<sup>36</sup> referem-se à expansão cafeeira da segunda metade do século XIX e a seus efeitos no desenvolvimento da economia brasileira. Desenvolvimento esse que também se deveu em boa medida à normalização das relações do País com a Grã-Bretanha, depois e em função da definitiva proibição do ingresso de escravos africanos. E os dois capítulos seguintes dizem respeito aos processos correlatos da abolição gradativa do escravismo entre 1850 e 1888, e da crescente imigração de trabalhadores livres de origem européia. Completando essa parte, temos uma "Síntese da Evolução Econômica de Império".

A parte VII, igualmente com cinco capítulos, é a maior de todas e tem por tema "A República Burguesa (1889-1930)"<sup>37</sup>. Esse período, como se sabe, correspondeu sucessivamente ao apogeu da economia primário-exportadora e à sua derrocada irreversível, processos esses que são bem analisados por Caio

---

<sup>35</sup> As considerações apresentadas à seguir baseiam-se na 34ª edição deste livro, com um postscriptum de 1976, (São Paulo: Editora Brasiliense, 1986), e cujos últimos capítulos, anexos e bibliografia foram atualizados pelo Autor em 1970. Ele se diferencia dos outros dois que têm, sido sucessivamente reeditados sem quaisquer modificações.

<sup>36</sup> Op. cit., pp. 155-204

<sup>37</sup> Idem, pp. 205-283

Prado Jr., exceto no que se refere à industrialização, examinada no capítulo 24, um processo, cuja natureza e dimensões ele não conseguiu captar e interpretar devidamente. Em compensação, o capítulo anterior, intitulado "Expansão e Crise da Produção Agrária", além de ser o maior de todos, é de muito boa qualidade, mantendo-se atual até os dias de hoje. Já o mesmo não pode ser dito dos três últimos capítulos do livro<sup>38</sup>, os quais têm um caráter um tanto panfletário, por estarem muito vinculados à conjuntura política da época em que foram escritos, além de carecerem do necessário embasamento documental e estatístico.

### III

A contribuição de Alice Canabrava à gênese de nossa historiografia econômica distingue-se das demais até aqui analisadas pelo seu caráter estritamente acadêmico e profissional. Formada na primeira turma de História e Geografia da então recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, ela sempre foi "apenas" e acima de tudo uma docente e pesquisadora de disciplina, primeiro na escola em que se formou e, mais tarde, na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da mesma Universidade.<sup>39</sup> Ainda como aluna, teve contato com alguns professores franceses que mais tarde se tornariam famosos, como Fernand Braudel, Lucien Febvre e Pierre Monbeig.

Seu primeiro trabalho individual de maior profundidade foi a tese de doutorado que defendeu em 1942 junto à Cadeira de História da Civilização Americana, sobre *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*, e na qual teve como orientador formal a professor francês Jean Gagé.<sup>40</sup> Quatro anos mais tarde, apresentou outra tese, para concorrer à mesma cátedra de História da América, sobre *A Indústria do Açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas do Mar das Antilhas (1697-1755)*, com a qual obteve o título de livre-docente.<sup>41</sup> Não tendo conseguido obter a cátedra almejada, transferiu-se para o Instituto de

<sup>38</sup> Intitulados "O Imperialismo", "A Crise de um Sistema" e "A Crise em Marcha", Op. cit., pp. 270-342.

<sup>39</sup> A maior parte das informações apresentadas a seguir sobre a carreira de Autora foram extraídas do artigo de Flávio A. M. de Saes, "A obra de Alice Canabrava na Historiografia Brasileira", *História Econômica & História de Empresas*, II. 2 (1999), pp. 41-61.

<sup>40</sup> Conforme se assinalou há pouco na nota (4), essa tese foi publicada em 1944 como boletim da Cadeira de História Americana da Faculdade de Filosofia da USP. Quarenta anos mais tarde foi reeditada como livro pela Editora Itatiaia em colaboração com a EDUSP.

<sup>41</sup> Tendo sido divulgada em edição particular no ano do concurso, essa tese foi publicada como volume 15 da série Estudos Econômicos do IPE/USP (São Paulo, 1981). Também ela mereceu, pouco depois de sua defesa, uma resenha elogiosa nos *Annales* franceses, vol. 4 (1949) pp. 149-53, da autoria do historiador português Vitorino Magalhães Godinho.

Administração de USP, criado em 1946, e, pouco depois, para a Faculdade de Ciências Econômicas, onde passou, a reger a cátedra de História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil. Cadeira esta que finalmente acabou conquistando de forma definitiva através de um concurso realizado em 1951, no qual apresentou e defendeu sua terceira tese, sobre *O Desenvolvimento da Cultura de Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*.<sup>42</sup> Por meio deste concurso tornou-se uma das primeiras mulheres (se não a primeira) a assumir uma cátedra na Universidade de São Paulo.

Embora já tivesse publicado outros trabalhos de valor entre 1946 e 1951, limitar-nos-emos a examinar aqui estas três teses universitárias de Alice Canabrava<sup>43</sup>, que devem ser incluídas no rol das obras fundadoras da moderna historiografia econômica do Brasil.

Defendida em 1942, ano da publicação do principal trabalho historiográfico de Caio Prado Jr., a tese de doutorado da Autora, sobre *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*, é uma monografia original e pioneira que trata de um tema relevante de grande interesse. Tomando as histórias do Brasil e de Portugal como pano de fundo, Alice Canabrava fez para a sua elaboração uma ampla pesquisa documental e bibliográfica, baseada em fontes primárias impressas de origem espanhola e argentina. Através dela chegou a resultados comparáveis aos de historiadores latino-americanistas de nossos dias como a argentino Carlos Sempat Assadourian, atualmente radicado no México (e que, provavelmente por desconhecimento, não cita as obras de Alice Canabrava), e o brasileiro Ciro Flamarion Cardoso (que, obviamente, faz uso delas).

Sua contribuição específica diz respeito à expansão comercial luso-brasileira nos territórios coloniais espanhóis do Vice-Reino do Peru, na época da união das coroas de Espanha e Portugal. Tratou-se de uma penetração econômica intensa e ampla, efetuada através dos rios e de caminhos terrestres da Bacia do Prata, a qual, conforme mostrou a Autora, iria ter profundos duradouros efeitos na evolução histórica dos

---

<sup>42</sup> Publicada em edição particular no ano do concurso e posteriormente reeditada como livro por T.A. Queiroz Editor (São Paulo, 1984), com o título de *O Algodão em São Paulo, 1861-1875*.

<sup>43</sup> O mesmo tipo de análise já foi feito anteriormente, talvez de forma mais exaustiva, na resenha coletiva de Z. M. Cardoso de Mello, N. H. Nozoe & F. A. M. de Saes, "Três pesquisas pioneiras em História Econômica (as teses universitárias de Alice Canabrava)", *Estudos Econômicos*, 15, n° esp. (1965), pp. 169-179.



países da região, particularmente (mas não apenas) no que se refere à vocação portuária e comercial da cidade de Buenos Aires, cuja segunda fundação também ocorreu no ano inicial do período estudado por Alice Canabrava.

A primeira das três partes do seu estudo refere-se às "Condições de Vida nas Províncias do Rio da Prata e de Tucumán"<sup>44</sup> e apresenta igualmente um ilustrativo capítulo sobre "A rota oficial do comércio no Vice-Reino do Perú" através do istmo do Panamá. A segunda parte, sobre "O Comércio Luso-Brasileiro Lícito e de Contrabando no Vice-Reino do Perú (1602-1623)", é a maior de todas<sup>45</sup> e contém oito dos catorze capítulos da obra. Partindo da vida econômica de Buenos Aires no final do século XVI, e da política comercial espanhola no início do seguinte, a Autora descreve e analisa os mecanismos e efeitos da passagem do comércio legal ao de contrabando na região. Passagem essa que se deu no contexto de uma situação de permanente conflito entre os comerciantes do porto de Buenos Aires e a burguesia de Lima, apoiada pelo comércio de Cádiz. Tal conflito envolvia a disputa entre as rotas do Pacífico e do Atlântico para o abastecimento das minas de prata de Potosi, onde se localizava a maior cidade da América do Sul em meados do século XVI.

Um dos capítulos mais interessantes é o IX, sobre "As Vias e a Área do Contrabando"<sup>46</sup>, no qual Alice Canabrava descreve com detalhes as duas rotas comerciais que partiam de Buenos Aires no período colonial; o caminho do Chile e o caminho do Perú, caminhos cuja bifurcação se dava após os primeiros 500 quilômetros. Enquanto aquele atingia Santiago a sudoeste, e segundo não se limitava a ir até Potosi, mas continuava até Lima a noroeste. Ao lado destes dois caminhos dominados pela Espanha, havia ainda a via terrestre do Guairá, que unia a colônia portuguesa de São Vicente aos núcleos jesuíticos do Paraguai, e que seria também prolongada até Potosi, resultando na fundação da atual cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra.

A principal mercadoria que seguia por todos esses caminhos, particularmente pelos dois primeiros, eram os escravos, cada vez mais de origem africana, importados diretamente ou através do Brasil. E na volta, vinha em troca o metal precioso, cujas moedas tinham ampla circulação nas cidades de Salvador na Bahia, Rio de Janeiro e Lisboa. Outros produtos comercializados neste circuito

---

<sup>44</sup> Op.cit. nas notas (4) e (40), pp. 1-38.

<sup>45</sup> Idem, pp. 39-140.

<sup>46</sup> Idem, pp. 108-116.

incluíam gêneros alimentícios, couros, tecidos e ferragens. Com o passar do tempo, os comerciantes de origem portuguesa e brasileira, incluindo cristãos-novos fugindo da Inquisição acabaram radicando-se na região, não só em Buenos Aires e Tucumán, mas até em Lima.

O segundo trabalho de pesquisa de Alice Canabrava resultou na tese de concurso através da qual obteve o título de livre-docente, e que versava sobre o açúcar nas Antilhas (1697-1755). Tese na qual a economia colonial brasileira aparecia não mais como simples pano de fundo, mas basicamente como termo de comparação. Os dois principais documentos da época em que ela se baseou foram as obras do missionário dominicano francês Jean Baptiste Labat, *Nouveau Voyage aux Isles de l'Amérique*, publicada em 1724, e do jesuíta português João António Andreoni (André João Antonil)<sup>47</sup>, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, elaborada por volta de 1710. Além disso, suas referências a trabalhos brasileiros --notadamente os de Roberto Simonsen e Caio Prado Jr.-- apareciam aqui com maior frequência do que na tese anterior. E os trabalhos de João Lúcio de Azevedo --não apenas suas *Épocas*, mas também sua *História dos Cristãos Novos Portugueses* (1922)-- também fazem parte de suas fontes bibliográficas.

Os marcos cronológicos do período por ela estudado correspondem à data do Tratado de Ryswick, pelo qual se garantiu à França a posse da parte ocidental da ilha de São Domingos (atual Haiti) --que constituía na época a área canavieira mais importante das Antilhas-- e o começo da Guerra de Sete Anos --a qual, já bem antes da Revolução Francesa de 1789, paralisou completamente as atividades produtivas e comerciais dessa parte das Antilhas Francesas. No início daquele período, a Inglaterra e Portugal ainda eram os principais distribuidores de açúcar nos mercados europeus, mas já no seu término essa posição de liderança havia passado para a França. Enquanto isso no Brasil, o final do século XVII marcou o início do chamado "ciclo do ouro" --de curta duração, como já foi indicado, mas de profundas repercussões em toda a economia colonial; por sua vez, no fim do período estudado por Alice Canabrava, já se manifestava em terras brasileiras uma crescente reação contra a decadência das grandes lavouras escravistas de exportação.

---

<sup>47</sup> Sobre este autor, Alice Canabrava publicou mais tarde um valioso estudo bio-bibliográfico, acompanhado de um glossário dos termos técnicos por ele utilizados: "João António Andreoni e sua obra" e "Vocábulo e expressões usados em *Cultura e Opulência do Brasil*", na reedição do texto publicado em 1711 (São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967), pp. 9-112 e 113-123.

A tese da Autora está dividida em três partes. A primeira, com apenas um capítulo, apresenta os antecedentes históricos do período, mostrando as origens ibéricas da lavoura canavieira e da manufatura açucareira nas Antilhas. Tratou-se de um processo que começou nas Ilhas Canárias no início do século XVI, e que contou com alguma participação portuguesa --certamente em Cuba, entre 1580 e 1640, e talvez já antes nas ilhas de São Domingos e Porto Rico. Na segunda metade do século XVII fizeram-se igualmente presentes as contribuições de holandeses e de judeus portugueses procedentes de Pernambuco --primeiro em Barbados, e depois na Martinica, em Guadalupe, e no Suriname. Na segunda parte, bem mais ampla, contendo sete dos dez capítulos da tese, Alice Canabrava analisa de forma erudita e precisa tanto as técnicas como, as relações da produção de açúcar nas Antilhas, abrangendo inclusive os sistemas de transporte e de financiamento da mesma. Finalmente na terceira, relativa aos mercados, ela estuda a evolução dos preços do açúcar nos mercados europeus e a concorrência que se estabeleceu na sua comercialização entre as diversas potências metropolitanas.

As conclusões gerais a que chegou foram de duas ordens. Na primeira, já esperável, Alice Canabrava apontou para a uniformidade do sistema colonial praticado pelas metrópoles exportadoras de açúcar, a qual se manifestava pela exploração do trabalho escravo na geração de um produto tropical de alto valor comercial. Mas, na segunda, destacou algumas importantes diferenças entre a situação vigente na época no Brasil e a que predominava na maior parte das Antilhas britânicas e francesas. Nestas prevaleceu em geral o absenteísmo dos proprietários, transformando os engenhos em meros instrumentos de exploração comercial e de especulação financeira. Já no Brasil formáram-se desde o início uma classe local de senhores rurais ligados à posse das terras e à propriedade dos escravos, e que foi se aristocratizando por meio de ambas. Tais diferenças iriam ter efeitos importantes na evolução política das duas regiões, com a ocorrência relativamente precoce de movimentos nativistas no Brasil e o apego ao colonialismo nas Antilhas, cuja única exceção sob este aspecto foi São Domingos, onde havia senhores-de-engenho de origem francesa, e onde a emancipação colonial iria ter um caráter revolucionário, com o extermínio e a expulsão dos mesmos na época da Revolução Francesa, dando origem ao Haiti de nossos dias.

Por meio de sua terceira tese, defendida em 1951, Alice Canabrava tornou-se finalmente professora catedrática de História Econômica na atual Faculdade de Economia e Administração da USP. Esse trabalho, ainda mais que os dois anteriores, resultou de intensa pesquisa documental, através da qual a Autora pôde, pela primeira vez, ter acesso direto a fontes primárias manuscritas e impressas existentes em diversos arquivos públicos do Brasil. Esse trabalho versou sobre o desenvolvimento da cultura algodoeira que ocorreu na Província de São Paulo no período de 1861 a 1875, um surto baseado no algodão herbáceo (e não mais no algodão arbóreo explorado no resto do País) e que foi decorrente da Guerra Civil dos EUA e da elevação dos preços da fibra nos mercados europeus. Este surto teve por motores os estímulos recebidos tanto dos fabricantes de tecidos britânicos como da parte dos governos imperial e provincial. Embora tivesse sido temporário e insuficiente para garantir a inserção de São Paulo entre os grandes exportadores de algodão do mundo, ele acabou sendo suficiente para dar origem não apenas a uma produção agrícola complementar e alternativa às lavouras de café e de cana, mas também --e talvez principalmente-- a uma indústria têxtil local, que, mais tarde, iria exercer um importante papel na industrialização paulista e brasileira.

O trabalho se divide em quatro partes: uma primeira com dois capítulos relativos aos fatores externos e internos que levaram ao referido desenvolvimento; a segunda, com outros dois, tratando da expansão de lavoura algodoeira em São Paulo, bem como de seus obstáculos e limites; uma terceira, com três capítulos, relativos às condições econômicas e tecnológicas desse desenvolvimento; e a quarta, referente à decadência da produção algodoeira e ao surgimento das primeiras fábricas de tecidos na Província. Além das razões externas para essa decadência, vinculadas à cessação das hostilidades nos Estados Unidos e à conseqüente normalização dos mercados internacionais do algodão, houve dois fatores internos devidamente destacados pela Autora. Um foi o desconhecimento que havia na época tanto em São Paulo como no resto do Brasil quanto à cultura do algodão herbáceo, enquanto que o outro se vinculava à falta de interesse da maioria dos grandes fazendeiros paulistas, que viram nessa produção uma simples "lavoura de pobre", e não um complemento ou uma alternativa quer à cafeicultura, então em plena expansão na Província, quer ao cultivo da cana-de-açúcar, que continuava dominando algumas de suas regiões.

## IV

O quarto e último pioneiro de nossa historiografia econômica foi o economista e historiador Celso Monteiro Furtado (nascido em 1920 e ainda vivo e ativo). Embora tenha sido universalmente reconhecido como tal, devido à alta qualidade de sua obra principal, a famosa *Formação Econômica do Brasil*, publicada pela primeira vez em 1959, muitos especialistas --inclusive alguns estudiosos de seus trabalhos, como Francisco Iglésias<sup>48</sup>-- insistiam em vê-lo basicamente apenas como economista, e não como historiador. Isto se deveu em boa parte ao desconhecimento do conteúdo de sua tese de doutorado, defendida em 1948 na Universidade de Paris, e que permanecera inédita até muito recentemente<sup>49</sup>, bem como de outros trabalhos históricos menores, publicados por Celso Furtado no intervalo de onze anos entre essa tese e a sua obra-prima.

Antes de voltar a tratar dessa tese e dos referidos trabalhos complementares<sup>50</sup>, desejo registrar que houve pelo menos mais duas teses de História Econômica defendidas em São Paulo na época em que, primeiro Alice Canabrava, e depois Celso Furtadas defenderam as suas.<sup>51</sup> Tratou-se dos trabalhos de Olga Pantaleão, sobre *A Penetração Comercial da Inglaterra na América Espanhola, de 1713 a 1873*, defendida na Faculdade de Filosofia de USP em 1944 e publicada por ela dois anos mais tarde, e o de Mafalda Zemella, sobre *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*, tese defendida na mesma Faculdade em 1951 e muito mais tarde publicada como livro. Cumpre ainda lembrar outras duas, também defendidas naquela Faculdade antes da publicação em 1959 da *Formação Econômica* de Celso Furtado: uma de 1955, de Myriam Ellis, sobre *O Monopólio do Sal no Estado do Brasil: Contribuição ao Estudo do Monopólio Comercial Português no Brasil durante e período colonial*; e outra de 1957, da autoria de Nícia

<sup>48</sup> Veja-se a este respeito seu ensaio "Celso Furtado: pensamento e ação", in Francisco Iglésias, *História e Ideologia* (São Paulo: Editora Perspectiva, 1971), pp. 159-234.

<sup>49</sup> Celso Furtado, *Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII: Elementos de História Econômica Aplicados à Análise de Problemas Econômicos e Sociais* (São Paulo: Editora Hucitec/ABPHE, 2001).

<sup>50</sup> Trata-se de algo que já fiz em dois artigos recentes; "Sobre a formação da *Formação Econômica do Brasil* de C. Furtado", *Estudos Avançados*, 13(37), set/dez 1999, pp. 207-214; e "Celso Furtado e o início, da industrialização no Brasil", *Rev. de Economia Política*, 22(2), abr/jun. 2002, pp. 3-14.

<sup>51</sup> As informações contidas neste parágrafo foram extraídas do artigo de Maria Alice Rosa Ribeiro, "As primeiras pesquisadoras brasileiras em História Econômica e a construção da disciplina no Brasil", *História Econômica & História de Empresas*, II.2 (1999), particularmente das pp. 16-19, 18-21 e 23/24.

Villela Luz, sobre *A Luta pela Industrialização do Brasil, de 1808 a 1930*, publicada como livro em 1961.

Por outro lado, não se pode deixar de mencionar o estudo sobre a *Evolução do Sistema Monetário Brasileiro*, elaborado entre 1940 e 1945 e publicado pela primeira vez em 1947 pelo Professor Dorival Teixeira Vieira, da Faculdade de Economia e Administração da USP<sup>52</sup>. E nessa mesma Faculdade houve ainda em 1958 a defesa da tese de cátedra do professor (e futuro ministro) António Delfim Netto sobre *O Problema do Café no Brasil*, que trazia um histórico das exportações de café e das políticas cafeeiros entre 1857 e 1957.

Mas, nenhum desses autores teve a importância de Celso Furtado na historiografia econômica brasileira, e nem os seus trabalhos chegaram a exercer a mesma influência catalisadora da *Formação Econômica do Brasil*. Esta observação, aliás, também se aplica à maioria das obras de História Econômica do Brasil publicadas naquela época por autores estrangeiros no exterior, com as possíveis exceções de Charles Boxer, Frédéric Mauro e Stanley Stein. O primeiro destes publicou em 1957 o seu influente trabalho *The Dutch in Brazil, 1624-1654*, traduzido para o português em 1961. O segundo defendeu, também em 1957, duas teses importantes: *Le Portugal et l'Atlantique au XVII<sup>e</sup> Siècle*, publicada na França três anos mais tarde, e *Le Brésil au XVII<sup>e</sup> Siècle*, editada em Coimbra em 1963. E ao terceiro devemos dois livros notáveis, ambos igualmente publicados nos EUA em 1957 e já traduzidos para o português; *The Brazilian Cotton Manufacture: Textile Enterprise in an Underdeveloped Area, 1850-1950* (que faz amplas e elogiosas referências aos trabalho de Alice Canabrava sobre a cotonicultura paulista), e *Vassouras, a Brazilian Coffee County, 1850-1900* (estudo clássico sobre a cafeicultura na Província, depois Estado, do Rio de Janeiro).

Feitas estes registros e voltando às obras de Celso Furtado, vamos concentrar nossa análise no confronto e na comparação de sua tese de doutorado de 1948 e da *Formação Econômica do Brasil* de 1959<sup>53</sup>. E nisto não podemos deixar de levar em conta que a segunda obra já é sobejamente conhecida por todos os estudiosos de história econômica do Brasil, embora nem sempre nos pareça ter sido devidamente compreendida e interpretada. De qualquer maneira, cabe frisar desde já que nem ela e nem a tese de 1948

---

<sup>52</sup> Trabalho publicado pela primeira vez em número especial (ano I n° 2) da *Revista de Administração* da USP e reeditado sob a forma de livro pela Faculdade de Ciências Econômicas da mesma universidade em 1962 e 1981.

<sup>53</sup> Valemo-nos aqui da sua 14ª edição (São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976).

constituem a rigor trabalhos historiográficos de síntese, sendo ambas na verdade obras originais, e nisto se distinguindo das *Histórias Econômicas do Brasil* de Roberto Simonsen e de Caio Prado Jr.

A tese de doutorado de Celso Furtado é uma monografia acadêmica baseada em pesquisas diretas não apenas de caráter bibliográfico, mas também voltadas para documentos originais. Suas fontes primárias acham-se arroladas tanto no início do trabalho como no seu final.<sup>54</sup> Trata-se, além disto, de um estudos orientado pelos pressupostos teóricos de renomados historiadores, como Henri Pirenne (1862-1935), Alfons Dopsch (1868-1953), António Sérgio (1883-1969) e Jaime Cortesão (1884-1960). Da sua bibliografia de apoio constam os trabalhos de João Lúcio de Azevedo, Caio Prado Jr. e Roberto Simonsen, mas ainda não os coetâneos de Alice Canabrava, aos quais essa tese pode ser comparada. É curioso notar neste particular o uso documental que ambos fizeram das obras setecentistas de Antonil e de Jean Baptiste Labat.

A parte substantiva de trabalho divide-se em três partes, a saber: (1) "Antecedentes Portugueses da Colonização do Brasil", (2) "A Formação da Colônia", e (3) "Atavismos Coloniais do Brasil Atual". Na sua edição de 2001 figuram ainda em anexo as traduções para a português de todas as citações feitas em outras línguas.<sup>55</sup>

A primeira parte<sup>56</sup> consta de dois capítulos, um sobre "Os fundamentos sociais da expansão lusitana" e outro sobre "A expansão comercial" (de Portugal), sendo que o primeiro foi acrescido de um apêndice no qual Celso Furtado discute as idéias (um tanto equivocadas) de um livro da época, publicado pelo famoso historiador econômico francês René Gonnard (1874-1966), com o título de *La Conquête Portugaise, découvreurs et économistes* (Paris 1947). A segunda parte<sup>57</sup> é a mais longa e inclui quatro capítulos: I. "A Economia do Pau-Brasil", II. "O Sentido da Colonização", III. "A Economia da Cana-de-Açúcar", e IV. "Formação de Sociedade Colonial". Por sua vez, a terceira parte<sup>58</sup> contém outros quatro capítulos, a saber: I. "Sentido Geral da Economia da Colônia", II.

---

<sup>54</sup> Op. cit. de nota (49), pp. 15-19 e 185-187.

<sup>55</sup> Idem, pp. 171-184.

<sup>56</sup> Idem, pp. 11-58.

<sup>57</sup> Idem, pp. 59-138.

<sup>58</sup> Idem, pp. 139-169.

"Persistência da Monocultura", III."O Atraso Técnico" e IV. "O Domínio Patriarcal e o Município Brasileiro".

Uma questão que se coloca é a de saber até que ponto, e em que medida, essa tese, mantida inédita durante décadas, serviu de base à elaboração do famoso livro de 1959. Em termos de conteúdo, isso parece ter ocorrido apenas parcialmente, nas duas primeiras partes da *Formação Econômica do Brasil*, compreendendo seus primeiros doze capítulos.<sup>59</sup> Mas, com relação à bibliografia referida, nem isso aconteceu, uma vez que, na obra de 1959, deixaram de ser citados os trabalhos de Pirenne, Dopsch, Cortesão, Caio Prado Jr, e René Gonnard, apenas continuando tenuamente presentes as referências aos de João Lúcio de Azevedo e António Sérgio, com uma participação algo mais intensa da de Roberto Simonsen, e a inclusão tópica de referências aos trabalhos de Alice Canabrava, Allan Manchester e Charles Boxer.

Da sua terceira parte em diante, tratava-se de fato de uma obra inteiramente nova, dedicada a temas antes inexplorados por Furtado como os da "Economia Escravista Mineira (século XVIII)"<sup>60</sup>, da "Economia de Transição para o Trabalho Assalariado (século XIX)"<sup>61</sup>, e da "Economia de Transição para um Sistema Industrial (século XX)"<sup>62</sup>. E, como vai dito na "Introdução"<sup>63</sup>, a maioria dos capítulos dessa última parte "seguiu de perto o texto de análise apresentado em trabalho anterior (*A Economia Brasileira*, 1954)..."

O mais importante, porém, residiu na mudança operada pelo Autor no seu marco teórico, que, no final dos anos cinquenta já não era o mesmo de meados de década anterior, quando se achava trabalhando na sua tese. Seus pressupostos na *Formação Econômica do Brasil* são os da teoria keynesiana, e estão vinculadas ao ideário da CEPAL, cujos quadros Celso Furtado passou a integrar desde 1949.<sup>64</sup>

Sob este ponto de vista, o livro de 1959, conforme foi assinalado há pouco, não pode ser considerado apenas uma obra de síntese, nos mesmos moldes das *Histórias Econômicas do Brasil* de Roberto Simonsen e de Caio Prado Jr. O trabalho deste último que mais se aproxima da *Formação Econômica do Brasil* é

---

<sup>59</sup> Op. cit. na nota (53), pp. 3-69.

<sup>60</sup> Idem, pp. 71-86

<sup>61</sup> Idem, pp. 87-173

<sup>62</sup> Idem, pp. 175-242.

<sup>63</sup> Idem, p. 2.

<sup>64</sup> Veja-se a este respeito meu artigo "Celso Furtado", *Estudos Avançados*, 15(43), set/dez. 2001, pp. 347-362.



a sua *Formação do Brasil Contemporâneo-Colônia* de 1942. Tanto uma como a outra constituem clássicos ensaios interpretativos de nossa história econômica, e ambas estão diretamente fundamentadas nas evidências empíricas (documentais e estatísticas) disponíveis. Elas apenas diferem entre si no que se refere a seus respectivos pressupostos teóricos e quanto aos períodos que abordam. As fontes utilizadas são frequentemente as mesmas, apenas sendo menos claras e aparentes no trabalho publicado por Furtado em 1959.

Por este motivo, embora seja somente parcial a superposição existente entre o referido trabalho e a tese de 1948, esta tem o dom de torná-lo mais inteligível. E inegável que a *Formação Econômica do Brasil* constitui um trabalho mais abrangente e de maior maturidade intelectual do que a *Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII*. Mas, a sua interpretação isolada não é das mais fáceis, e tem dado origem a diversas equívocos --por exemplo quanto às idéias de Furtado sobre o início da industrialização brasileira. Com a publicação de sua tese de doutorado, passamos a dispor de mais um elemento, não apenas para melhor entender seus pontos de vista, como também para ter uma noção mais completa e precisa, e talvez até definitiva, das origens e do desenvolvimento inicial de nossa historiografia econômica.

O presente exame sucinto do pensamento de seus quatro pioneiros permitiu observar que sua gênese não foi rápida nem fácil, tendo resultado da somatória de esforços esparsos e descontínuos. Em compensação, sua evolução subsequente parece ter sido rápida e intensa. Desde as últimas décadas do século XX, dispomos no Brasil de uma historiografia econômica bem estruturada, perfeitamente capaz de produzir novos conhecimentos a respeito de uma realidade multiforme e complexa, ainda insuficientemente compreendida em muitos de seus aspectos. Para isto já existem os recursos humanos necessários, e até diversos projetos concretos perfeitamente exequíveis. Apenas parece estar faltando no momento um maior apoio material por parte das entidades de fomento à pesquisa e/ou dos detentores de dados e informações. Trata-se de uma situação de bloqueio que vem dificultando o progresso da disciplina no País.